

AMPLIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE DOS SURDOS NA REDE DE ENSINO FEDERAL PROFISSIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geraldo Venceslau de Lima Júnior¹
Romário Lima de Sousa²
Fátima Miliane Silva Maciel³
Karine Martins Cunha Venceslau⁴
Orientadora Mayara Salgado Silva⁵

RESUMO

Considerando a importância de promover acessibilidade para todos, bem como a função do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas) nesse processo, este artigo objetiva relatar experiências sobre a educação de surdos, com base nas ações traçadas nos últimos 2 anos dentro de um campus do IFCE no interior do Ceará. Paralelamente, foi traçada uma linha do tempo imagética com o intuito de analisar e apresentar os resultados sobre o processo de desenvolvimento local, o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a sua relação direta nos contextos de inclusão escolar e social pelos quais os surdos, alunos no IFCE, foram submetidos, o processo de ensino e aprendizagem, e a metodologia para ensino de surdos. A Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 permeiam este recorte temporal e fundamentam esta pesquisa. Foi adotada uma metodologia de abordagem qualitativa, mediante a descrição de fatos e entrevista semi-estruturada dentro do desenvolvimento do relato de experiência. Assim, será demonstrado que a ausência de políticas públicas locais que contemplem a comunidade surda corrobora na construção identitária dos sujeitos surdos, atribuindo-lhe dessa forma, invisibilidade social.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Libras; NAPNE.

¹ Mestre em Ensino e Formação Docente (UNILAB); docente do IFCE campus Limoeiro do Norte. Email: geraldo.venceslau@ifce.edu.br;

² Graduado em Letras Libras (UFERSA); Tradutor Intérprete de Libras no IFCE campus Limoeiro do Norte. Email: romariol2007@gmail.com;

³ Graduada em Letras Libras (UFERSA); Tradutora Intérprete de Libras no IFCE campus Limoeiro do Norte. Email: milianemaciel19@gmail.com;

⁴ Mestre em Ensino e Formação Docente (UNILAB); docente do IFCE campus Maranguape. Email: karine.venceslau@ifce.edu.br;

⁵ Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos (UFV); docente do IFCE campus Limoeiro do Norte. E-mail: silvams@ifce.edu.br

Abstract:

Considering the importance of promoting accessibility for all, as well as the role of the NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas) in this process, this article aims to report on experiences related to the education of the deaf, based on actions undertaken over the past two years within a campus of the IFCE in the Ceará. Concurrently, a visual timeline was created to analyze and present results concerning local development, the use of Brazilian Sign Language (Libras), and its direct impact on the contexts of educational and social inclusion that deaf students at the IFCE have experienced, including the teaching and learning process and methodology for educating the deaf. Law No. 10.436/02 and Decree No. 5.626/05 frames this temporal scope and underpin this research. A qualitative approach was adopted, involving the description of events and semi-structured interviews as part of the experience report. Thus, it will be demonstrated that the absence of local public policies addressing the deaf community contributes to the construction of deaf individuals' identities, leading to social invisibility.

Keywords: Educational Inclusion; Brazilian Sign Language (Libras); NAPNE.

INTRODUÇÃO

Inclusão e acessibilidade são fundamentais em qualquer sistema educacional. Na proposta educacional dos Institutos Federais (IFs), os alunos podem desenvolver uma formação profissional que lhes garanta acesso direto ao mercado de trabalho. Deste modo, promover a inclusão de Pessoas com Deficiência (PCDs) nesse tipo de ensino é também uma forma de prosseguir com sua inserção nos diferentes âmbitos sociais. Para alcançar êxito, dentro dos IFs foi instituído o NAPNE (Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) pela Resolução nº 050 de 14 de dezembro de 2015, que colabora diretamente com as ações voltadas a esta finalidade.

Dentre os diversos documentos que tratam da defesa desses direitos, é possível citar a Declaração de Salamanca de 1994, que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas; a Lei nº 9394/96 (LDB) em seus artigos 58 e 59; o Art. 2º da Lei nº 10.098/00; o Art. 17 da Lei 10.098/2000; a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais; o Art. 27 da Convenção da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008; o Acordo de Metas e Compromissos assinado entre a Rede Federal de Educação Profissional e o Governo Federal; o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (instituído pelo Decreto nº 7.234/2010); e o conteúdo do Decreto nº 7611/11 da SECADI (Secretaria de Educação Continuada do Ministério da Educação).

Diante dessa premissa, foi planejada uma sequência de ações para divulgação, estímulo à busca e ao acesso de alunos surdos ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) campus Limoeiro do Norte, como parte de uma bem sucedida jornada inicial de inclusão apresentada no relato de experiência. Para isso, buscou-se descrever a importância da organização destas medidas e a descrição da situação inicial da acessibilidade para surdos na Rede de Ensino Federal Profissional, como forma de evidenciar que não é somente sobre a disponibilização de Tradutores e Intérpretes de Libras, mas também sobre a necessidade de atraí-los e envolvê-los.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Histórico de conquistas dos Surdos

Em toda história da humanidade as pessoas com necessidades específicas sempre tiveram obstáculos, dentre elas, os Surdos. A partir do século XVI, tendo em vista a preocupação das famílias nobres com parentes surdos e o destino das heranças, criaram condições para a instrução de seus descendentes. Considerado o primeiro educador o monge espanhol Pedro Ponce de Leon tinha foco na oralização e no ensino de outros conhecimentos (De Chaves; Soler, 1974; Maia, 2017), método que consiste no ensino da expressão oral para a pessoa surda por meio de aprendizado da articulação das palavras e das distinções físicas entre os movimentos articulatórios labiais.

Outro importante marco foi em 1816, a visita do americano Thomás Gallaudet ao Instituto de Paris, onde conheceu Laurent Clerc. Juntos, fundaram a primeira Escola de Surdos dos Estados Unidos, inaugurada no ano seguinte, na qual a Língua de Sinais Francesa adaptou-se ao inglês, dando origem a American Sign Language (ASL). Mais tarde, em 1864, o filho de Gallaudet fundou a Universidade Gallaudet, a primeira a utilizar a Língua de Sinais como uma língua oficial para instrução (Ines, 2018; Sayers, 2018).

No Brasil, a história se inicia em 1856, quando foi inaugurado o Instituto Imperial de Surdos Mudos, que deu origem ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Fundado por Dom Pedro II e pelo francês Ernest Huet, que também era surdo, Huet lecionava no Instituto Nacional de Paris, de onde trouxe a ideia. Inicialmente, a instituição era um internato para Surdos de todo o Brasil e teve grande influência sobre o que viria a se tornar a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a formação de professores de Surdo (Ines, 2018; Maia, 2017).

Os avanços foram constantes até que 1880 marca um retrocesso. Nesse ano ocorreu o Congresso de Milão, no qual foi definido por médicos e educadores que a oralização seria o único método de educação de Surdos (Ines, 2018). A surdez vista como uma deficiência e as controversas experiências de todas as esferas médicas foram permitidas na tentativa de cura: resultou em um período absolutamente oralista, pois as Línguas de Sinais foram proibidas em todo o mundo (Duarte; Benassi; Padilha, 2017).

Por décadas, os Surdos foram punidos por usarem a sua gestualidade. Entretanto, com o fracasso do método oralista e novas filosofias educacionais no decorrer da última metade do século XX, a Língua de Sinais volta a circular e ganhar espaço entre as pesquisas. As reivindicações dos Surdos brasileiros resultam em 2002 na Lei 10.436 que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão dessa comunidade. Posteriormente regulamentada pelo Decreto 5.626/2005, dentre as obrigatoriedades, incluiu a disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia.

2.2. Buscando a educação inclusiva

Os Surdos encontram barreiras no processo de aquisição da linguagem, pois são inseridos em um mundo de ouvintes, o que faz do processo de comunicação algo difícil, pois sua linguagem naturalmente envolve ferramentas visuais. Em 2019 foi publicado no Brasil o artigo em vídeo *LIBRAS: o que é esta língua?* o primeiro completamente em Libras (Quadros; Stumpf, 2019). Segundo as autoras, a Língua de Sinais se modifica conforme o local, sendo um produto cultural que se desenvolve por meio do contato com os pares da comunidade. Por essa razão, a Língua de Sinais brasileira é diferente da portuguesa, enquanto se assemelha à francesa, da qual foi originária, assim como a Língua de Sinais Americana. O referido artigo apresenta ainda a relevância das pesquisas que precisam ser desenvolvidas, bem como demonstra a importância da continuidade e da produção de material destinado aos Surdos. Libras é uma língua presente em todos os estados brasileiros. É fato que algumas comunidades indígenas desenvolveram também a sua própria Língua de Sinais, e que diferem da Libras que vem sendo amplamente disseminada e estudada em seus vários aspectos linguísticos, pois por exemplo, ao ensinar a Língua de Sinais para ouvintes, a língua é disseminada. Apesar disso, teóricos assumem uma visão que inferioriza a Libras, tendo em vista que ser visual e usar o espaço para a organização dos níveis linguísticos, assim, uma produção diferente (Quadros; Stumpf, 2019). Compreendendo as peculiaridades da Libras, é provável compreender o motivo pelo qual a maneira como é concebida a atual “educação inclusiva” não é apreciada pelas pessoas Surdas. Nessa compreensão do Estado, o Surdo é visto como um deficiente, conforme a definição que os classifica por meio de um quadro clínico. Desse modo, é comum observar professores fazendo distinção com relação a esses

indivíduos. Duarte, Benassi e Padilha (2017) refletem sobre como a educação deve ser levada até o aluno Surdo. Para eles:

O olhar paternalista ou assistencialista sobre o sujeito SURDO como “tudo pode” é uma marca excludente e nociva à autonomia do próprio sujeito. Os saberes científicos não devem ser resumidos nem facilitados, mas sim abordados com todas as complexidades inerentes às ciências, porém, com estratégias criativas, dinâmicas, visuais e linguísticas em consonância com o aprender do estudante VISUAL. O olhar do mestre professor não está no aceitar um estudante visual em sala e colocá-lo sob as asas de um intérprete, mas está no respeito a sua língua e ao seu potencial de aprendizagem e de vivência social, pois ele é um VISUAL (Duarte, Benassi, Padilha, 2017, p. 158).

A partir dessa concepção, é vital que todos os agentes responsáveis pelo espaço educacional técnico e superior desenvolvam mecanismos e estratégias que lhes permitam ir além da comunicação com esse público por meio da contratação de tradutores intérpretes, mas que promovam ainda acesso a estes espaços, incentivos a buscar formação profissional, realidade essa que, nas regiões interioranas do país, comumente é negada por inúmeras razões.

Ao aluno surdo é necessário propiciar um currículo pensado e elaborado de modo a defender a aquisição da língua de sinais, anterior ao ensino da Língua Portuguesa, a fim de imergi-lo na cultura surda de modo natural e familiar; a partir dos conhecimentos fundamentais em sua língua natural, a Língua Portuguesa poderá ser ensinada como segunda língua na modalidade escrita. De acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2001), as adaptações curriculares, são definidas como:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando

aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (Brasil, 2001, p. 33).

A escola tem seu currículo desenvolvido por e para ouvintes. Adaptações, no caso de alunos surdos, não garantem um aprendizado efetivo, considerando que sua primeira língua, a Libras, sequer aparece em documentos oficiais como parte de um currículo. Refletindo nas propostas tais como figuram no Decreto 5.626 (Brasil, 2005), alunos surdos quando incluídos em sala de aula regular deve haver a presença de Tradutores Intérpretes de Libras.

Entende-se também que embora o Decreto determine uma série de adequações no espaço escolar, possivelmente esta não é a realidade da maioria das instituições nos municípios do interior, a exemplo de Limoeiro do Norte - CE. Portanto, parte daí a relevância de se pensar o que tem sido ofertado e como se dá a aproximação com os alunos surdos nessas regiões. Desse modo, é obrigação dos educadores compreender esse contexto e tornar-se um agente transformador do sistema, produzindo ações concretas que deem continuidade aos avanços históricos, sobretudo, educacionais da comunidade surda.

3. METODOLOGIA

A partir do planejamento da 2ª edição do evento anual em alusão ao mês dos surdos, o *Setembro Azul 2023*, NAPNE e Direção de Ensino (DIREN) propuseram a meta de captar o público-alvo surdo envolvido durante a ocasião com base no alcance e participação efetiva na edição anterior (2022). Alinharam-se a sequência de ações com vistas ao potencial de atração do evento, além da proximidade entre a oportunidade com a presença do pretense público-alvo com o calendário do Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Subsequentes e Integrado para o ano letivo de 2024.1. Para tanto, a aproximação com a comunidade surda foi considerada já desde o vídeo de divulgação do evento com a programação e inscrições, divulgado nas redes sociais da instituição e compartilhado em grupos de aplicativo mensageiro. A mídia audiovisual com protagonismo surdo foi produzida em Libras, legendada e traduzida para a Língua Portuguesa vocal. Após a realização do evento e dos mecanismos de divulgação para o Processo Seletivo que se aproximava, a instituição continuou a se comunicar diretamente com os candidatos mediante vídeos em grupos de aplicativos mensageiros como estratégia para manter as informações alinhadas até ingresso dos

discentes, foram realizadas reuniões para diagnóstico das necessidades específicas desses candidatos, e se iniciaram os trâmites para a contratação de intérpretes suficientes para garantir a permanência dos alunos.

Por fim, com o devido ingresso dos alunos surdos e com as disciplinas em curso, foi realizada uma entrevista semi-estruturada para compreender como os discentes se sentiam e coletar perspectivas para fomentar a adoção de melhorias pelo IFCE, que assim pudesse garantir a permanência dos estudantes. A entrevista foi realizada em Libras e registrada em anotações pelo docente surdo do campus, traduzidas para a Língua Portuguesa e sintetizadas pelos autores deste trabalho. O roteiro de perguntas consta no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Roteiro de entrevista

1. Qual seu nome e idade?	7. Você se sente bem e acolhido no ifce?
2. A quanto tempo está no IFCE?	8. Quais as dificuldades enfrentou para entrar?
3. Em qual curso você está?	9. Quais as dificuldades enfrenta durante o curso?
4. Você trabalha? Em quê?	10. Quais ações do IF te motivaram e estão aqui?
5. Como descobriu a existência do ifce?	11. O que te motiva a continuar no curso?
6. Por que resolveu fazer esse curso?	12. O que falta para que outros alunos surdos possam também acessar o IFCE?

Fonte: autores (2024).

Ao final as respostas foram cooptadas e apresentadas aqui com os diagnósticos das ações que serão desenvolvidas a partir de agora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O IFCE campus Limoeiro do Norte teve sua primeira experiência com alunos surdos em 2015, ocasião em que havia uma grande lacuna na quantidade de tradutores intérpretes de Libras, o que ocasionou em inúmeras barreiras e dificuldades para o aprendizado. A educação convencional considera que todos os alunos chegam ao ambiente de ensino com a Língua Portuguesa como primeira língua (L1). No entanto, para os surdos, sua língua natural é a de sinais, por isso, esta deve ser considerada como tal. Assim, a Língua Portuguesa deverá sempre ser vista como segunda língua (L2) e em sua modalidade escrita. Deste modo, o aluno apresentou muitas dificuldades na escrita do TCC, demonstrando a importância do Intérprete não

apenas para tradução em tempo real, mas para escrita e interpretação de atividades complementares pelo aluno e pelos professores. Primeiro organizar a adaptação TCC de Gravador de Libras editor de vídeo possível visual línguas de sinais. Mesmo com dificuldades, o aluno surdo teve êxito, se graduando em Educação Física com sucesso. Depois deste aluno, tivemos o ingresso de duas alunas surdas no Curso de Tecnologia em Alimentos, que tiveram seu aprendizado podado pela falta de intérpretes levando ao trancamento do curso durante a pandemia. Em 2022 o docente Geraldo Venceslau em conjunto com o NAPNE inicia o evento Setembro Azul, em alusão a Lei de Libras e nesse evento a comunidade surda foi convidada a comparecer à instituição para palestras e oficinas. O Quadro 2 apresenta o levantamento das ações definidas para captação dos alunos surdos e os resultados obtidos a partir da chegada do professor Surdo Geraldo Venceslau.

Quadro 2 - Planejamento de ações para captação de candidatos surdos no Processo Seletivo dos níveis técnicos para o ano letivo de 2024.1.

AÇÃO	PROPONENTE/ ENCARREGADO	OBJETIVO	RESULTADO ALCANÇADO
<p>Evento de extensão “Setembro Azul 2023” (2ª edição)</p> <ul style="list-style-type: none"> Parte da programação pensada para lacunas da comunidade surda local <p>Mídia audiovisual com protagonismo surdo</p>	<p>Docente Surdo; NAPNE</p> <p>Palestrantes surdos e ouvintes externos convidados</p> <p>Docente Surdo; Discente Surda; TILSP</p>	<p>Promover conhecimentos de campos específicos da Libras que a comunidade surda local não tem acesso.</p> <p>Representatividade, protagonismo e engajamento dos surdos.</p>	<p><i>Feedbacks</i> como: “pouco sabia do tema”, “não conhecia o assunto”</p> <p>Houve um aumento significativo da participação dos surdos em comparação ao ano anterior.</p>
<p>Comissão de Divulgação do Processo Seletivo 2024</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgação no evento <p>Divulgação nas escolas</p>	<p>DIREN e NAPNE</p> <p>DIREN e DG</p> <p>DIREN e NAPNE</p>	<p>Aproveitamento do potencial de mobilização do evento como oportunidade de alcançar a comunidade surda local e circunvizinhas participante, e estimulá-los por meio de convite direto a acessar o processo seletivo do ensino técnico do campus.</p>	<p>Dentre 18 participantes surdos do evento, 9 demonstraram interesse in loco.</p>
<p>Comissão de suporte aos candidatos surdos</p> <ul style="list-style-type: none"> Interlocutor engajador <p>• Acessibilidade no processo</p> <p>Inscrições e matrículas</p>	<p>DIREN</p> <p>Docente de Libras</p> <p>Equipe TILSP DIREN</p>	<p>Manter contato com os candidatos, mediar o diálogo para agendar com o suporte e o acompanhamento dos prazos e resultados.</p> <p>Alinhar horários, espaços e recursos tecnológicos para recebimento presencial dos candidatos e</p>	<p>Por esta via, houveram 9 inscrições de candidatos surdos no processo, dos quais 7 foram aprovados e matriculados,</p> <p>As matrículas se distribuíram nos cursos técnicos em Panificação (3), Meio</p>

		execução de todas as etapas do seletivo.	Ambiente (3) e no Técnico Integrado em Química (1).
Elaboração de ofício de solicitação de postos TILSP	TILSP e NAPNE	Mapear as matrículas, estimar o número mínimo de profissionais necessários e embasar legalmente a solicitação formal	Seis (6) novos postos. Equipe total com 75% do número mínimo estimado para atender a nova realidade.

Fonte: autores (2024).

Protagonizada pela única discente surda matriculada na instituição durante o ano de 2023 e pelo docente surdo do campus, ambos inseridos na comunidade surda da região, havia o interesse em estimular o interesse e aprimorar a aproximação da instituição com este público. Já no encerramento do evento realizado, foi destinado momento para o diálogo direto com esses sujeitos, divulgando os cursos e convidando-os a participar do processo seletivo previsto para breve. Com a manifestação de interesse de 9 candidatos surdos, a Diren e Comissão do Processo Seletivo incluíram nas ações, o objetivo de manter os potenciais candidatos engajados para resgatá-los a época do certame, papel exercido pelo docente surdo ao manter comunicação direta com o grupo de surdos, acioná-los e auxiliá-los no acompanhamento dos prazos durante as etapas do processo. Protagonizada pela única discente surda matriculada na instituição durante o ano de 2023 e pelo docente surdo do campus, ambos inseridos na comunidade surda da região, havia o interesse em estimular o interesse e aprimorar a aproximação da instituição com este público.

Para as inscrições, ainda que *online*, a instituição concedeu suporte presencial junto aos candidatos surdos com meios e recursos humanos necessários para a realização nas dependências da Diren e/ou Napne, intermediado pela equipe de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILSP), também atuantes nas etapas de consulta de resultados, matrícula e banca de heteroidentificação. Após o resultado final, o Napne realizou o levantamento dos candidatos surdos selecionados e elaborou uma solicitação formal com a demanda prevista e a quantidade mínima de novos postos de TILSP necessários, recurso essencial para acessibilidade dos estudantes, observando ainda consonância com as novas exigências da legislação da categoria recém alterada.

Entretanto, ressalta-se que embora a gestão tenha ampliado o número de postos destes profissionais, ocupar a prestação desse serviço consiste em um árduo desafio, uma vez que a região enfrenta elevada escassez de profissionais disponíveis ou com qualificação mínima que atenda os requisitos legais.

Como resultado das ações de divulgação possibilitou-se o acesso aos novos alunos surdos nos diferentes cursos, a saber: 1 aluna no curso Técnico integrado em Química; 2 alunos no curso Técnico subsequente em Meio ambiente; 2 Alunos no curso Técnico subsequente em panificação, além de uma aluna veterana no curso de Tecnologia em alimentos, totalizando assim 6 alunos surdos.

Apesar da inserção dos alunos e disponibilização dos intérpretes, faz-se necessário a organização de metodologia em ensino para alunos surdos, com cadernos de Atividades Adaptados desenvolver que sejam adaptados para a realidade dos alunos surdos, com exercícios que possam ser resolvidos de maneira visual ou através da escrita em português ou escrita Libras agramaticais simplificado.

Hoje os alunos estão inseridos nos cursos e responderam a uma entrevista semi-estruturada. A seguir descrevemos a percepção de cada um em relação a sua experiência.

As idades dos entrevistados variaram de 26 a 37 anos. Com exceção da aluna que estuda no Ensino Médio integrado, todos eram maiores e respondiam por si. Uma das alunos apresentava baixa visão, mas dedica-se apesar das dificuldades acredita que a presença no curso lhe garantirá um futuro mais promissor. Outro aluno se projeta com sonhos, pois deseja trabalhar com Design Gráficos e Fotografia. Dentre os seis surdos alunos, apenas uma está cursando graduação e demonstra interesse em concluir seu curso e ingressar no mundo profissional. Fala também em progressão de estudos com o curso de Bacharelado em Nutrição. Apesar de se sentir bem, cita a necessidade de adaptações nas metodologias de ensino e avaliações. As aulas práticas são um fator impulsionante da continuidade dos alunos, 3 deles citaram a importância para compreensão e estímulo. Inicialmente tínhamos 8 alunos matriculados, no entanto 2 desistiram dadas as dificuldades em conciliação de suas atividades pessoais e estudos.

Com o diálogo que os alunos surdos, apesar das dificuldades, têm interesse em dar continuidade e se qualificar para o mercado de trabalho. Faz-se necessário apresentar as oportunidades com a educação técnica para que eles possam abranger seus conhecimentos e desenvolver novas habilidades, garantindo assim a inclusão social de todos. Destaca-se que todos são beneficiários do governo, mas o benefício não apresentou-se como motivação para desistência ou acomodação, e sim como instrumento de continuidade para garantia de seus estudos.

5. Considerações Finais

Por meio dessa experiência, foi relatado que muito além de atentar-se para acompanhar processos adaptativos, determinados contextos sociais em que os surdos se encontram, a exemplo dos interiores, carecem de alternativas no campo atitudinal e dos recursos humanos das instituições, que mobilizem ações, pessoas e suportes que visem reduzir sobretudo barreiras procedimentais, comunicacionais e de informação. De modo articulado, gradualmente estimulou-se surdos a acessar os espaços educacionais da rede.

A aproximação com esse público em atividades que envolvem diferentes línguas, a representatividade e a distinção cultural surda, desempenhou papel interessante como incentivo potencial, acolhimento e redução da distância das margens sociais em que estão posicionadas com recorrência. As estratégias de divulgação e mobilização foram essenciais para o ingresso de alunos surdos na educação técnica e superior. No entanto, o sucesso do volume de inscrições e classificação, convertidas em matrículas, dependeu diretamente do suporte e acompanhamento próximo dos servidores envolvidos. O comprometimento institucional garantiu a acessibilidade nos diferentes âmbitos e etapas.

Rompida essa primeira distância a qual considerou-se bem-sucedida graças ao empenho da comissão, é reconhecido que novos esforços se fazem necessários, agora na direção dos plurais desafios a se identificar que surgem na trajetória desses estudantes. É nítido que esse público em sua diversidade apresenta não somente diferentes especificidades físicas, econômicas, identitárias, etárias e de origem, mas principalmente o heterogêneo nível linguístico, o acesso a recursos tecnológicos, e institucionalmente as limitações orçamentárias, contratuais, assim como a acentuada escassez de profissionais de tradução e interpretação de Libras.

Em ambos os lados, as fragilidades são multifacetadas e relacionadas à formação ou ao pouco domínio das línguas envolvidas, como também do nível de especificidade dos conhecimentos e de metodologias mais inclusivas como desafios do processo de aprendizado. Portanto, considerando que a partir de agora será necessário o acompanhamento do desempenho desses alunos, o desafio continua em busca do aprendizado e para garantir sua permanência, êxito e inserção bem sucedida no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

DE CHAVES, T. L.; SOLER, J. L. Pedro Ponce de León, First Teacher of the Deaf. *Sign Language Studies*, v. 05, October, p. 48-63, 1974.

DUARTE, A. S.; BENASSI, C. A.; PADILHA, S. DE J. Duplipensar o conceito Surdo ou resignificar a concepção visual pelas lentes da ecolinguística. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem*, v. 03, n. 01, p. 143–159, 2017.

INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos. *A Vida Em Libras/História do Surdo*. Brasil TV Ines, 2018. Disponível em: <http://tvines.org.br/?p=18034>. Acesso em: 31 jul. 2020.

INES. *De Olho na Ciência*. TV INES. Disponível em: http://tvines.org.br/?page_id=20694. Acesso em: 19 set. 2020.

MAIA, M. I. S. A importância da história dos Surdos para o avanço da educação. *Revista Porto das Letras*, v. 03, n. 1, p. 101–111, 2017.

QUADROS, R. M. DE; STUMPF, M. R. Libras: o que é esta língua? *Revista Roseta*, v. 2, n.1, 2019. Disponível em: <http://www.roseta.org.br/pt/2019/02/21/libras-o-qu>. Acesso em: 31 jul. 2020.

SAYERS, E. E. The Life and Times of TH Gallaudet. *Sign Language Studies*, v. 19, n. 1, p. 163–166, 2018.

COLOCAR NO MODELO ADEQUADO DE ACORDO COM A REVISTA BRASIL. RESOLUÇÃO N° 050, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR. In: <<https://ifce.edu.br/proext/acessibilidade/arquivos/050-aprova-o-regulamento-dos-napnes-do-ifce.pdf>> Acesso em 2015.